

casa hacer

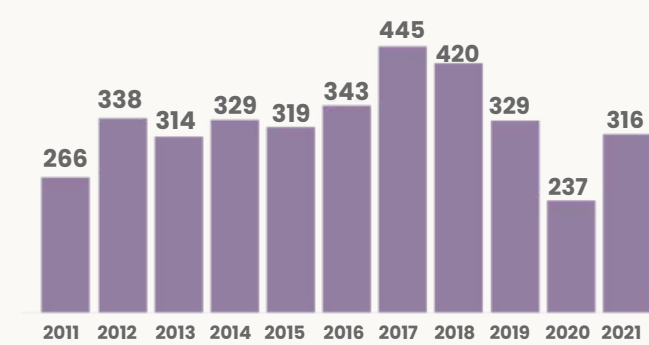
CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS LGBTQIA+ EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

CONTEXTO

As cidades cresceram de maneira **desordenada**, baseada no **individualismo**, no **distanciamento entre classes sociais**, na **falta de acesso a equipamentos e serviços**, na **descriminalização e invisibilização de grupos sociais**, entre tantas outras injustiças promovidas por uma política de apagamento de populações e classes. Essa desigualdade social se agrava muito quando tratamos das pessoas LGBTQIA+. Desde 2019, a **LGBTfobia é considerada crime no país**, mas são inúmeros os desafios de encarar essa questão como realidade e as dificuldades começam quando **não se tem estatísticas oficiais que possibilitem visualizar a realidade dessas pessoas**. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) **não produz quaisquer dados sobre pessoas LGBTQIA+**, portanto a fonte de dados que se tem para basear a pesquisa são de **ONGs criadas e geridas coletivamente**.

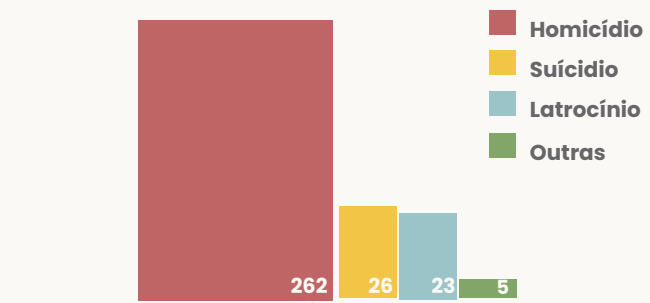
A **Associação Nacional de Travestis e Transexuais no Brasil (ANTRA)**, a **Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo (ABGLT)** e a **Acontece Arte e Política LGBTI+** são as únicas instituições existentes que atuam documentando e divulgando por meio do **Observatório de Mortes e Violências LGBTQIA+ as estatísticas de pessoas LGBTQIA+**. Desde janeiro de 2020, no Brasil, os dados dessa parcela da população passaram a ser documentados e divulgados, a partir de registros dos casos ocorridos e encontrados em notícias de jornais, portais eletrônicos, redes sociais e denúncias pelo Disque 100.

No **ano de 2020**, o total de mortes registradas pelo observatório foi de **237**, enquanto que, **em 2021, foi de 316**, o que resulta em um **aumento de 33,33%**. Isso reforça a ausência de dados governamentais, uma vez que esses números ainda são subnotificados no Brasil e limitam a metodologia da pesquisa.



Número de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ no BR

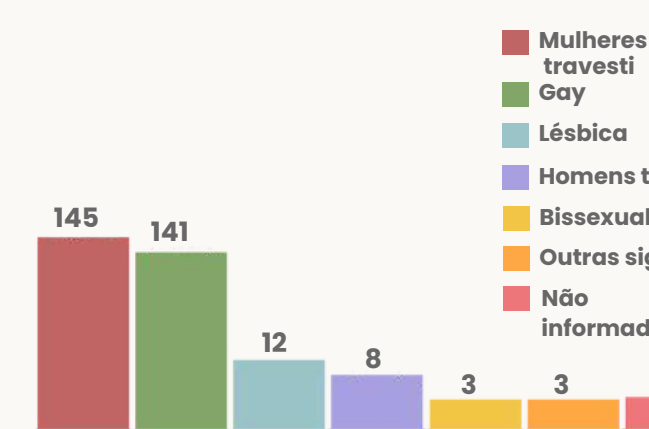
Fonte: Acontece LGBTI+, Grupo Gay Bahia, Observatório de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil, 2021. Modificado pela autora.



Número de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ no BR

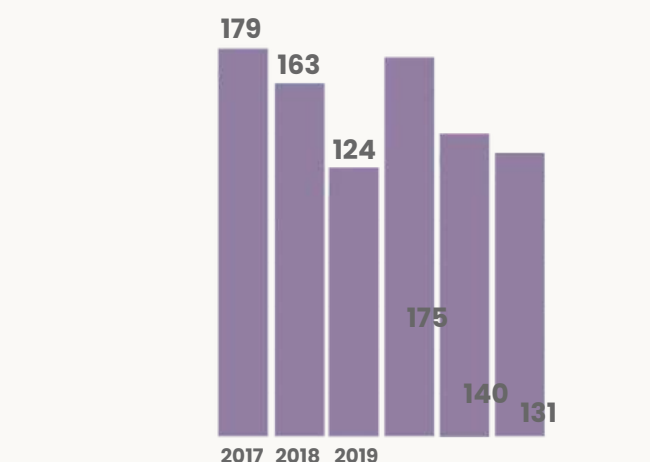
Fonte: Observatório de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil, 2021. Modificado pela autora

Analisando essa realidade, em 2021, no Brasil, **uma pessoa LGBTQIA+ foi assassinada e violentada a cada 27 horas**. O país se constitui, dessa forma, **o mais perigoso e inseguro para essa parte da população**, com um indicativo de **crescimento** nas últimas duas décadas. Pessoas LGBTQIA+ no Brasil vem sendo vítimas de violências e apagamentos desde a colonização do país, muito antes das denominações mais recentes de sexualidade e gênero. O fato é que **a LGBTfobia estrutural vulnerabiliza essas pessoas por não se identificarem dentro da normatividade cisgênero e heterossexual socialmente imposta, o que resulta na falta de qualidade de vida e acessos como um todo à cidade: como, por exemplo, emprego, serviços de saúde, lazer, cultura, moradia digna e tantos outros direitos que são negados por conta da discriminação à população**. Essa realidade gera níveis de pobreza, descaso e desumanização extremos.



Número de mortes entre pessoas LGBTQIA+ no BR

Fonte: Observatório de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil, 2021. Modificado pela autora



Assassinato de pessoas trans no BR

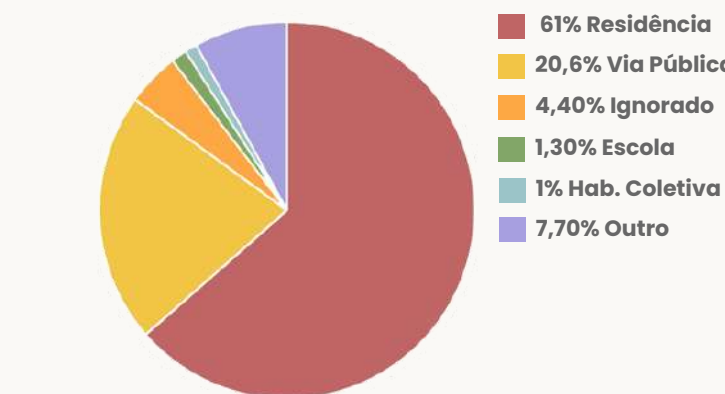
Fonte: ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil), Modificado pela autora

A nível mundial, segundo o relatório mundial da **Transgender Europe**, de **325 assassinatos de pessoas transgêneras registrados em 71 países nos anos de 2016 e 2017, um total de 52% dos casos (171 mortes) ocorreram no Brasil e que a estimativa de vida dessas pessoas não passa dos 35 anos**, consolidando o país **que mais mata pessoas trans no mundo**. Os relatórios de pesquisa de discriminações e violências mostram que agressões e falta de acessos são muito mais frequentes **por pessoas trans** do que por outros marcadores que compõem a coletividade LGBTQIA+. A invisibilização pelo Estado é tanta que a população não tem acesso nem mesmo **à documentos de identificação com seus nomes corretos, mesmo existindo uma lei que assegure esse direito**.

O Estado não apenas omite e invisibiliza essas pessoas, mas também é um dos agentes causadores de diversas violações à pessoas LGBTQIA+. Todas essas circunstâncias citadas acima elevam o nível de vulnerabilidade social, sobretudo psicológica.

JUSTIFICATIVA

É inegável que o Brasil passa por um **déficit habitacional** desde seus primórdios e que, no cenário atual, esses dados subiram de maneira considerável. **O acesso à moradia digna é muito menor dentro da realidade da população LGBTQIA+** e, nesse sentido, vale destacar que a abrangência do termo "moradia digna" ultrapassa o tema da habitação e passa a levar em conta o **acesso à cidade, considerando todas as questões humanas de acessibilidade que representam o viver em sociedade e no espaço urbano**.



Locais com maiores registros de violências contra pessoas LGBTQIA+

Fonte: Baseado no gráfico de FGV DIREITO SP. A Violência LGBTQIA+ no Brasil. São Paulo: FGV Direito, dez. 2020. Modificado pela autora

Segundo alguns relatórios produzidos pela sociedade civil organizada (Grupo Gays da Bahia e da ANTRA), é possível entender que **a moradia nem sempre é um espaço seguro para essa população**, o relatório indica que **70% das pessoas LGBTQIA+** que estiveram em isolamento social junto de familiares durante a pandemia da COVID-19 sofreram algum tipo de violência, seja **física ou psicológica**, e não tinham espaços de acolhimento e abrigo.

As violências domésticas e conjugais dentro da população também acabam não sendo consideradas pelo o Estado e muitas vezes a vítima passa por uma série de violências psicológicas ao denunciar, dessa vez praticada pelos agentes do Estado. Outra questão que percorre esse assunto é que muitas vezes a denúncia não é feita por conta de ameaças ou por proximidade com o agressor.

NARRATIVAS

Compreendendo a carência de direitos básicos e a constante marginalização dos corpos LGBTQIA+, algumas pessoas da comunidade civil se organizam para fomentar espaços que sejam de suporte e de acolhimento para a população. Alguns centros de acolhimento se espalham pelo país, trazendo algumas frentes importantes como acesso jurídico, econômico, psicológico e cultural para a comunidade. Alguns exemplos:



CASA I: centro de acolhida, assistência e clínica social voltado para o atendimento de pessoas LGBTQIA+ expulsas de casa, localizada em São Paulo.



CASA CHAMA: é uma ONG fundada e coordenada por pessoas transvestigêneras, na cidade de São Paulo, que oferece apoio jurídico, psicossocial, cultural e de autonomia financeira. A ONG conta com 270 pessoas voluntárias sendo parcerias público e privadas.



KASA CULTURAL OKUPA JIBÓIA: espaço de resistência LGBTQIA+ localizada na cidade de Porto Alegre, no bairro Cidade Baixa. O local é um espaço cultural, de moradia e de produção de alimentos orgânicos.

PÚBLICO ALVO

A proposta será projetada para **pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade e risco**, com qualquer faixa etária e **pessoas parceiras** para a realização das ações pensadas para o projeto, além disso os **animais de estimação** também serão parte do público alvo.



pessoas LGBTQIA+

pessoas que precisam de acolhimento, espaço seguro para moradia, apoio e acesso à direitos básicos



pessoas parceiras

Pessoas parceiras que apoiem ações realizadas no local



animais estimação

os bichinhos de estimação também fazem parte do público alvo da proposta

LOCALIZAÇÃO



SOBRE O TERRITÓRIO

De acordo com o Observapoa, o território do bairro Cidade Baixa **não corresponde somente à delimitação dos limites geográficos** e por conta disso a área de intervenção tem muito **mais identidade com essa região, apesar de estar inserida no bairro Azenha**. Pontos de referência importantes na cidade, como o **Parque Farroupilha (Redenção)**; o **campus central da UFRGS**, proximidade que favorece a concentração de estudantes no bairro; e equipamentos de saúde, como exemplo o **Hospital de Clínicas, posto de saúde Modelo e Pronto Socorro** estão muito próximos do local escolhido para a implementação da proposta.

O bairro tem um **fluxo intenso**, seja noite ou dia, por conta da **diversidade das atividades e usos** que acontecem, trazendo pessoas de muitos lugares.

Avenidas importantes (**Av. João Pessoa e Av. Azenha**) fazem um elo entre os bairros da **Zona Sul e Zona Leste** através da Av. Bento Gonçalves com o Centro, facilitando o uso dos modais de transporte público e sustentável. A Av. Azenha é conhecida por ser um grande polo econômico do município.

Historicamente, o bairro Cidade Baixa é o **segundo mais antigo de Porto Alegre** e teve sua origem marcada por uma casa-grande, propriedade rural do Brasil colonial, que utilizava mão de obra de pessoas escravizadas. Após a morte do proprietário, pessoas ex-escravizadas passaram a ocupar as terras e se consolidar na localidade. Desse modo, **o território é marcado pela luta contra a gentrificação desses povos**. A partir da década de 1960, passaram a acontecer **programas de higienização territorial**. Pessoas foram removidas da região e realocadas em **áreas periféricas da cidade, como os bairros Restinga e Lomba do Pinheiro**. Ainda hoje, o território é marcado por muitas lutas: **é na Cidade Baixa que se encontra o maior ponto de encontro de manifestações políticas, o Largo Zumbi dos Palmares**. Além disso, os **Quilombos Areal da Baronesa e Fidelix seguem resistindo no território, assim como a cultura do samba e dos blocos carnavalescos que tiveram origem no bairro em 1930**.

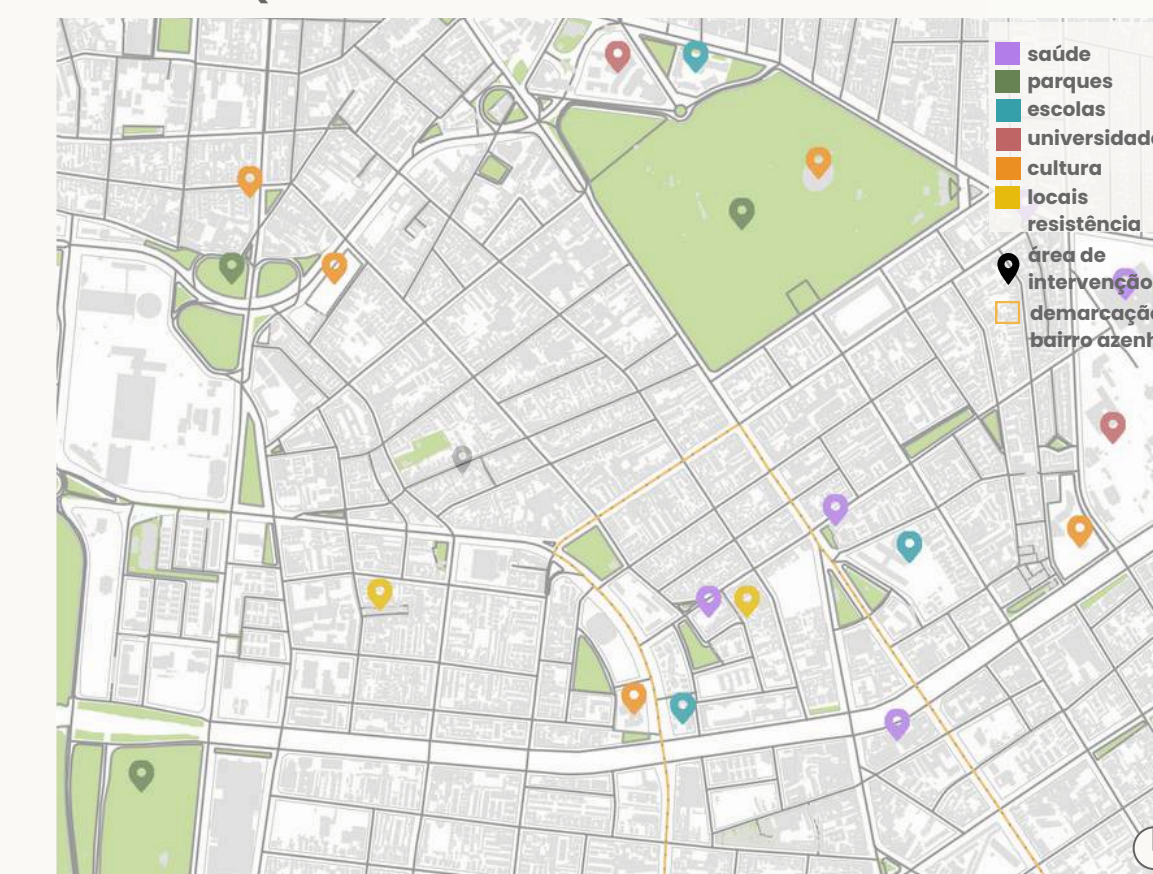
Fonte: Brasil de Fato

DEMOGRAFIA DO BAIRRO AZENHA

área territorial:	população	densidade	renda
1.388 km² representa 0,29% da área do município	13.804 pessoas representa 0,98% da população do município	9.945 hab./km² 	salário médio mensal: 1.821,55 (2 salários mínimos per capita)
população não-branca	escolaridade	saúde	infraestrutura
17% população negra, parda, amarela e indígena representam apenas 17%	0,86% taxa de analfabetismo comparação com média de Poa 3,86%	7,32% mortalidade infantil comparação com média de Poa 11,6%	infraestrutura <ul style="list-style-type: none">Pavimentação: 99%Esgoto adequado: 99%Destinação de lixo: 99% Por ser região centralizada a oferta de infra é quase 100% comparado com alguns bairros da cidade.
acessibilidade	faixa etária		
46,28% percentual de rampas no entorno das habitações	crianças (0 a 11) 9,81% adolescentes (12 a 18) 12,25% jovens (19 a 29) 20,72% adultos (30 a 59) 42,41% idosos (+60) 18,55% O grupo etário mais significativo está faixa 30 a 59 anos e representa 42,41% da população do bairro.		

Fonte: Observa Poa, PMPA e Censo 2010 (IBGE)

MAPA DE EQUIPAMENTOS



A grande variedade de equipamentos de saúde, cultura, educação e espaços verdes foi o ponto mais importante pra escolha do local. Além disso a história de resistência e luta da região reforça o quão é importante pessoas vulnerabilizadas ocuparem espaços com infraestrutura e seguir formando a identidade cultural do território.

PROPOSTA

Promover um complexo habitacional que acolha pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social, fomentando e assegurando espaços de participação política, artística e social. A principais frentes de implementação são: moradia, autonomia financeira, cultura e lazer e apoios jurídicos.



MACRO

Território do bairro

Inserção da população LGBTQIA+ na região central, com o objetivo de aproximar as pessoas aos equipamentos existentes no território.



MESO

Centro acolhimento

Local de acolhimento que proporcione uma rede de equipamentos comunitários que ampare a população e proporcione acessos básicos.



MICRO

Plano estratégico de acessos e gestão

Plano de apoio jurídico em assuntos gerais e parcerias com apoiadores públicos e privados para a gestão democrática e comunitária do equipamento

VIABILIDADE



Consórcio Público: consiste na união entre dois ou mais entes da federação (municípios, estados e União), sem fins lucrativos, com a finalidade de prestar serviços e desenvolver ações conjuntas que visem o interesse coletivo e benefícios públicos.



Direito de Preempção: demarcação de regiões na cidade onde o poder publico tem preferência na aquisição de imóveis urbanos, assim serão usados para construção de equipamentos urbanos



Operações Urbanas Consorciadas: série de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público, que garante o direito de uso de uma área particular com o objetivo de promover melhorias urbanas para a sociedade.

